



MEDIEVALISTA

N.º31 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1646-740X

Em ano de peste, muito ficou por renovar

In a year of plague, much remained to renew

Luís Urbano Afonso

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História
1600-214 Lisboa, Portugal

luis.afonso@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9394-8954>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Dezembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5225>



Correndo a peste entre nós pelo segundo ano consecutivo, forçando confinamentos e restrições de vária ordem, fenómenos inimagináveis no século presente, tão moderno e avançado, a crua realidade dos surtos pestíferos do Antigo Regime entrou-nos portas adentro, de supetão, estilhaçando vidas, empregos e hábitos que julgávamos garantidos. Foi desta forma estranha, por aproximação de realidades, que os astros decidiram contribuir para tornar presente os 500 anos da morte de D. Manuel, um monarca nato, criado e finado no seio da pestilência. Foi por ela que nasceu na pitoresca vila ribatejana de Alcochete, em 1469, refúgio habitual da corte sempre que surgiam surtos pestíferos. E foi a peste que o levou, a 13 de dezembro de 1521, não lhe dando tempo para fugir para a outra banda, rio acima.

“Vi o reino renovar”, disse Garcia de Resende

Organizar uma exposição e um catálogo neste contexto de pandemia não foi tarefa fácil. À exiguidade crónica de recursos financeiros dos museus nacionais, amplamente compensada pela prodigalidade dos escolhos burocráticos, somou-se o estrangulamento dos fluxos de informação. A conjugação destes fatores terá ditado muito da natureza da exposição e do catálogo que aqui examinamos, nas suas qualidades e limitações. Intitulada *Vi o reino renovar: arte no tempo de D. Manuel I*, a mostra em causa esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) no verão passado, entre 24 de junho e 26 de setembro, tendo o volumoso catálogo, com quase 300 páginas, e de igual título, sido lançado na mesma ocasião. A empreitada resultou da união de esforços de três entidades públicas conhecidas pela riqueza do património cultural e artístico que preservam e pela penúria dos recursos humanos e financeiros necessários ao seu regular funcionamento: o MNAA, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Do primeiro veio o grosso das obras de arte, fazendo descer pinturas, esculturas e peças de ourivesaria das salas de exposição permanente para o piso das exposições temporárias (ou subindo para lá, vindas das reservas); da segunda vieram os incunábulos e outros impressos antigos; enquanto os manuscritos da Leitura Nova e alguns documentos de arquivo vieram da Torre do Tombo. A esta tríade de organismos do depauperado Ministério da Cultura somou-se a providencial

colaboração da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), sociedade anónima de capitais públicos. Cedendo vários numismas do reinado de D. Manuel e financiando o catálogo, a INCM deu mostras, mais uma vez, da sua centralidade na promoção da cultura em Portugal, particularmente no domínio editorial.

Procurando fazer das fraquezas forças, e garantir que se assinalava o 5º centenário da morte de D. Manuel com um mínimo de dignidade, a colaboração entre a BNP, a INCM e duas direcções-gerais, a do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e a do Património Cultural, não só determinou o enfoque da exposição como criou um inusitado efeito de *mise en abyme* institucional. Meio milénio depois, estes quatro organismos do Estado recordam, e celebram, a sua própria existência, deixando ainda lastro para a sua memória futura. De facto, de forma mais direta, ou mais ínvia, cada uma destas entidades é herdeira da coroa manuelina e das suas reformas administrativas, e isso nota-se na origem de muitas das obras expostas. Da guarda-roupa de D. Manuel vieram a Bíblia dos Jerónimos e a Custódia de Belém, e daí poderiam ter vindo alguns dos impressos que o rei financiou. Das suas casas da moeda, e eventualmente do tesouro real, vieram os portugueses de ouro, os tostões, os cruzados, os ceitis ou os vinténs. Do arquivo régio vieram os livros da Leitura Nova, resultantes da cópia e indexação de documentos mais antigos preservados na torre albarrã do castelo de S. Jorge, dita “dos pergaminhos” ou “do tombo”. Recorrendo aos seus próprios serviços e recursos, estas “três grandes instituições de memória” (MNAA, BNP, ANTT), aliadas à INCM, deram-nos uma mostra, e um catálogo, sobre a cultura intelectual da era manuelina e sobre a mecânica do controlo administrativo da encomenda régia, onde a emblemática, a heráldica, a escrita e o livro de registo ganharam uma nova relevância.

A opção do comissário da exposição, Joaquim Oliveira Caetano, diretor do MNAA, determinou que a cultura material do período manuelino ficasse num plano secundário, apesar de haver tantas novidades para explorar, a começar pelos dados revelados pela arqueologia urbana, sobretudo no domínio das cerâmicas e dos

objetos ultramarinos¹. O impacto da integração forçada dos judeus na comunidade cristã, em 1497, foi praticamente ignorado, apesar do renovado interesse pelas justaposições tipológicas e pelas figuras veterotestamentárias, tão presentes na arte e na literatura da época. Remetidas para breves apontamentos nas fichas de catálogo são as referências aos *inputs* africanos e asiáticos na cultura material manuelina, especialmente por via dos tecidos e dos marfins, o mesmo sucedendo com o contributo mudéjar². Numa exposição tão atenta ao papel dos incunábulo e do livro antigo, lamenta-se a brevidade das menções ao livro judaico tardo-medieval, responsável por metade de todas as edições de incunábulo portugueses e pelo desenvolvimento de uma relevante escola de iluminura em Lisboa nas décadas de 1480 e 1490³.

Sendo certo que estes silêncios se compreendem pelo enfoque da exposição, dedicada a mostrar como as mais diferentes artes foram utilizadas na afirmação do poder régio (numismática, pintura, iluminura, caligrafia, tipografia, encadernação, escultura, arquitetura, etc.), não se procurando “fornecer uma panorâmica geral das artes manuelinas”, conforme salientou o comissário, julgamos que teria sido possível ir mais longe sem se perder essa linha de rumo.

A exposição

A exposição apresentou-se dividida em três núcleos, o primeiro dos quais destacava o modo como um conjunto limitado de artistas, convertidos em funcionários régios,

¹ TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (eds.) – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM, 2012; ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andreia (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013; TEIXEIRA, André; VILLADA PAREDES, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha (eds.) – *Lisboa 1415 Ceuta. Historia de dos ciudades. História de duas cidades*. Lisboa: CHAM, 2015; CASIMIRO, Tânia Manuel – “Globalization, trade, and material culture: Portugal’s role in the making of a multicultural Europe (1415–1806)”. *Post-Medieval Archaeology* 20 (2020), pp. 1-17; GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; MANSO, Cláudia – “Afro-Portuguese ivories from Sierra Leone and Nigeria (Yoruba and Benin Kingdoms) in archaeological contexts from Southern Portugal”. *African Arts* 53 (2020), pp. 24-37; ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andreia (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 2020 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020.

² SILVA, José Custódio Vieira da – “El mudéjarismo en Portugal. Estado de la cuestión”. In *El legado de Al-Andalus. El arte andalus en los reinos de León y Castilla durante la Edad Media*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2007, pp. 283-306.

³ MOITA, Tiago – *O livro hebraico português na Idade Média. Do Sefer he-Aruk de Seia (1284-85) aos manuscritos iluminados tardo-medievais da "Escola de Lisboa" e aos primeiros incunábulo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento; AFONSO, Luís Urbano; MOITA, Tiago (eds.) – *Sephardic book art of the 15th century*. Turnhout: Brepols/Harvey Miller, 2019.

exercia o controlo das maiores empreitadas artísticas públicas da coroa. Através de vedorias específicas e da integração de pintores e iluminadores no funcionalismo régio, livres das limitações corporativas, garantia-se a fiscalização da qualidade técnica e material das obras encomendadas pela coroa, bem como o controlo possível dos custos de produção, fiscalização que acabou por uniformizar muitas dessas criações, da arquitetura às artes visuais. Ao mesmo tempo, este primeiro núcleo sublinhava o modo como a heráldica e a emblemática patentes em muitas obras de arte manuelinas eram utilizadas nas estratégias de representação e afirmação do poder real, salientando-se ainda o papel nuclear da coroa na compilação, centralização e controlo da heráldica portuguesa, seja através de armoriais monumentais preservados no arquivo régio, destacando-se o *Livro de António Godinho* (c.50x33cm), seja através do monumental projeto por D. Manuel na Sala dos Brasões do Paço de Sintra, onde as diferentes linhagens do reino surgiam hierarquizadas numa ordem ideal. O segundo núcleo da exposição incidiu nas reformas administrativas manuelinas ao nível da escrita, cópia e indexação dos documentos de arquivo, com particular atenção à Leitura Nova, valorizando-se o aparato, a extensão e a finalidade desses grandes empreendimentos desenvolvidos na chancelaria e arquivo régios. Por último, o terceiro núcleo foi dedicado à tipografia, introduzida em Portugal em 1487, mostrando-se como o novo monarca explorou esta tecnologia para homogeneizar uma série de procedimentos e regulamentações, sugerindo-se também, pela escolha dos livros expostos, quais as características e tendências da cultura literária da época e o modo como alguns opúsculos impressos contribuíram para a propaganda manuelina no estrangeiro, enaltecendo os feitos militares ultramarinos.

Em termos de museografia, os dois últimos núcleos tornaram muito óbvias as limitações das mostras dependentes de numismas, documentos de arquivo e livros impressos, com pouco ou nenhum uso de novas tecnologias e interatividade. Por mais interessantes e importantes que sejam os espécimes expostos, e a mostra em causa recolhia um apreciável número de livros raríssimos e de capital relevância para a história da cultura portuguesa, a sua visualização com recursos e soluções tradicionais só poderá satisfazer os especialistas, deixando os leigos alheados.

Atendendo às limitações orçamentais apontadas e ao contexto pandémico, em que ainda nos encontramos, podemos considerar-nos felizes, e gratos, por ter sido possível realizar esta exposição, tantas foram as dificuldades vividas e tão insuficientes continuam a ser os recursos colocados à disposição das principais instituições públicas que lidam com o património artístico e cultural do passado mais antigo.

O catálogo

Passada a exposição, fica-nos o catálogo. Dos preâmbulos da praxe, neste caso quatro, destacam-se o de Silvestre Lacerda (DGLAB/ANTT), pelo sublinhado crítico ao que se esquece neste tipo de celebrações, nomeadamente toda a “corrupção, violência, delinquência organizada” praticada no ultramar durante o período manuelino, e o de Joaquim Oliveira Caetano (MNAA), pela clareza do que se pretendeu alcançar em cada núcleo da exposição e pela franqueza daquilo que ela não pôde ser, porque “os tempos atuais desaconselham e, até, impossibilitam”.

O catálogo abre com dois textos de enquadramento, de valia desigual. O da autoria de Maria de Lurdes Rosa e Diogo Ramada Curto, de fronteiras autorais criteriosamente delimitadas, é um dos mais relevantes do volume, lamentando-se que não tenha ido a tempo de ser lido, e assimilado, pelos restantes autores. É um texto exemplar pela forma como se analisa a si mesmo, de forma crítica e pluridimensional. Desde logo, pela sua integração numa linha política de celebrações históricas, e de exposições comemorativas, questionando a possibilidade, e o interesse, de também se “des-comemorar”, mas sem renegar e (auto)flagelar, numa dialética onde anamnese e amnésia se confrontam e confundem⁴. Depois, pela forma como olha para a história do historiar do período manuelino e dos “Descobrimentos”, expondo as suas insuficiências estruturais. E ainda pelo modo como questiona as falhas da academia na apresentação de uma visão “mais multifatorial do passado” correspondendo à diversidade da própria sociedade portuguesa. Notável é também o modo como Lurdes Rosa procura esbater

⁴ Sobre esta relação entre memória e esquecimento em diferentes regimes de historicidade, vejam-se os contributos recolhidos no número 8 da revista *Electra* (2019-2020), nomeadamente os de José Manuel dos Santos, António Soares, António Guerreiro e François Hartog, entre outros.

antinomias construídas retroativamente (medieval/moderno, guerra/mercancia, racionalidade institucional/interesses pessoais, laico/religioso), todas perfeitamente conciliáveis no período em causa, mas tomadas como categorias estanques e perenes por historiadores indolentes, embalados por “explicações fáceis das transições entre épocas”. Veja-se também o que a autora diz acerca dos “grupos sociais compósitos”, com os cavaleiros-mercadores à cabeça, e acerca do “estado senhorial-empresarial”, onde o mercantil, o político e o religioso andam de mãos dadas, em sã convivência e absoluta complementaridade.

O segundo texto de contextualização, da autoria de Rafael Moreira, padece de alguns dos vícios apontados por Lurdes Rosa. O primeiro deles é o recurso a uma panóplia de antinomias básicas destinadas a opor D. João II a D. Manuel (renascimento/tardogótico, racionalidade/misticismo, modernidade/medievalidade, Itália/Ibéria e Flandres). A partir de supostos traços de personalidade, francamente vaporosos e conjecturais, o jovem rei é agraciado com uma enxurrada de adjetivos desqualificantes (submisso, obediente, servil, recalcado, discreto, tímido, influenciável, abstémio, inibido, etc.), salvando-se unicamente pelos frutos das suas aspirações “bíblicas, messiânicas, imperial, expansionistas”. Esmagado pela virilidade da “personalidade forte do primo-cunhado”, o fraco rei teria compensado o seu sentimento de inferioridade com uma febril atividade mecenática e construtiva. Preso a estes exercícios especulativos de psicanálise histórica, e a uma série de antinomias artificiais, compreende-se que escape ao autor toda a dimensão místico-política das duas divisas de D. João II, “Por tua lei e por tua grei” e “*Justus ut palma florebit*”, perfeitamente alinhadas com a divisa de D. Manuel, “*Spera in Deo et fac bonitatem*”. Outro traço deste ensaio é a forma reiterada como o autor toma hipóteses por certezas, teses por factos. É assim que imagina D. João II a encomendar a Bíblia dos Jerónimos, anonimamente, para ofertá-la ao sobrinho-herdeiro, D. Manuel, visando uma reconciliação selada “à *Medicis* por uma obra de arte”. É assim que recupera uma velha tese de Wilhelm Foy, apresentada no auge do imperialismo colonial europeu, considerando que os marfins afro-portugueses foram produzidos em Lisboa, contradizendo todas as fontes históricas conhecidas que descrevem a sua

produção na costa ocidental africana⁵. Longe de ser consensual a afirmação que atribui a Duarte Pacheco Pereira a “descoberta” do Brasil em 1498. De tipo diferente, mas sem sustentação, é a tese que teria sido o aristotelismo a garantir a passagem da medievalidade gótica para a modernidade renascentista em Portugal, dado “o absoluto predomínio de Aristóteles no ensino da Universidade de Lisboa”. Pelo menos neste aspeto a vetusta universidade portuguesa não era diferente das suas congéneres, onde o aristotelismo já reinava também sem grande concorrência. Aliás, a rutura epistemológica que ele possibilitou deu-se logo no século XIII, legitimando o conhecimento empírico e o interesse pelos “acidentes” do mundo material, abrindo também as portas ao desenvolvimento do naturalismo gótico e ao retrato semelhante⁶. Independentemente das suas múltiplas declinações (tomismo, escotismo, ockhamismo, etc.), o aristotelismo foi dominante no ensino escolástico europeu de 1200 a 1600. É um exagero, por isso, considerar-se que o impacto do aristotelismo coincide com o período manuelino. Não nos iludamos por ver a primeira frase da *Metafísica* de Aristóteles, “Todo o homem deseja naturalmente conhecer”, empregue também em Malaca na abertura da *Suma Oriental* de Tomé Pires, boticário real e primeiro embaixador português enviado à China, “Naturalmente os homens desejam saber”.

Bastante estimulante, no entanto, é o neologismo sugerido pelo autor para classificar a cultura do reinado de D. Manuel, como “manuelismo” (*sic*), em analogia com a transformação cultural operada na época de Pombal com o “pombalismo”, em grande medida uma aclimatização do Iluminismo ao indigenato. A classificação proposta por Moreira permite valorizar um “complexo político-ideológico de âmbito cultural na aceção mais ampla, ao mesmo tempo literária, musical e artística em sentido vasto, de base política. Momento particular da história geral, não mero estilo ou modo artístico”. Talvez tenha razão, embora “cultura manuelina” surta o mesmo efeito.

⁵ FOY, Wilhelm – “Zur Frage der Herkunft einiger alter Jagdhörner: Portugal oder Benin?”. *Abhandlungen und Berichte des K. Zoologischen und Anthropologisch-Ethnographischen Museums zu Dresden* 9 (1901), pp. 20-22.

⁶ WIRTH, Jean – *L'image à la fin du Moyen Âge*. Paris: Cerf, 2011.

Introdutório, e de contextualização, é também o texto de Helder Carita, que recupera ideias, argumentos e conclusões da sua tese de mestrado, vertida em livro em 1999. Neste ensaio o autor destaca o papel do secretário régio António Carneiro nas políticas urbanísticas e arquitetónicas que marcaram a renovação da baixa lisboeta no reinado de D. Manuel, do Paço da Ribeira ao Rossio. Uma modernização que passou pela uniformização de medidas de fachadas, paredes e nembos, pela limitação das dimensões de sacadas e balcões, pelo derrube de casas para alargar ruas, pelo encanamento de águas pluviais, pelo controlo de qualidade de materiais construtivos, e pelo traçado de novos quarteirões de ruas ortogonais, naquilo que é o Chiado e parte do Bairro Alto.

De temática afim é o ensaio de Maria João Vilhena e Miguel Soromenho, dedicado ao modo como se exercia o controlo das obras régias, recorrendo à figura concreta de Bartolomeu de Paiva, amo do Príncipe D. João, para ilustrar este tipo de intendência. Num estudo amplamente alicerçado em documentação de arquivo, os autores mostram, no concreto, da Sé da Guarda ao convento de S. Francisco de Lisboa, dos Jerónimos à Torre de Belém, como se exercia o acompanhamento dos estaleiros custeados pela coroa, onde os atos de escrever, contar, arquivar e desenhar asseguravam “formas expeditas de controlo centralizado”. Através desta figura, e da sua rede familiar e clientelar, mostra-se como era possível a um indivíduo proveniente da baixa fidalguia adquirir e exercer um enorme poder no funcionalismo régio, por vezes sobrepondo a sua intervenção à do próprio vedormor das obras do reino. Menos certa, porém, é a inferência deste controlo ser feito em prol da “necessidade de garantir que a arquitetura traduzisse a natureza providencial do seu governo e os seus desígnios imperiais”.

O ensaio de Joaquim Oliveira Caetano tem muitos pontos de contato com o texto dedicado a Bartolomeu de Paiva. Retomando tópicos explorados na sua tese de doutoramento, o autor centra a análise na figura de Jorge Afonso, pintor que exerceu o cargo de vedor e examinador de todas as obras de pintura da coroa portuguesa

⁷ CARITA, Helder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

entre 1508 e 1540⁸. Além de esclarecer como esse tipo de controlo era exercido, Caetano demonstra o papel do pintor na garantia da qualidade das grandes empreitadas pictóricas, em termos técnicos e materiais, e na validação dos custos, procurando garantir que a coroa não era prejudicada com despesas empoladas. A forma como Jorge Afonso exercia este controlo assentava numa ampla rede de influência, através da qual as principais empreitadas eram distribuídas a um grupo restrito de artistas, quase todos seus familiares (irmãos, compadres, genros, sobrinhos, etc.), dando origem a obras pautadas por “uma forte unidade estilística e uma base técnica também muito semelhante”. Jorge Afonso foi o expoente de um processo de curialização dos artistas de elite, cada vez mais distantes da classe de oficiais mecânicos que produziam pintura e escultura dentro do regime corporativo, sem acesso à corte e aos seus letrados (ex. Gil Vicente, Garcia Resende), logo sem capacidade para se adaptarem ao gosto e à cultura dos cortesãos. Esta curialização exerceu-se através da nomeação de pintores e iluminadores para cargos da burocracia régia, seja como “oficiais de armas” (reis de armas, arautos e passavantes), seja como vedores responsáveis pela fiscalização das empreitadas artísticas régias.

Estes dois textos são antecidos pelos ensaios de Miguel Metelo de Seixas e de Alice Wohl, o primeiro dedicado à heráldica e emblemática manuelinas, analisadas como forma de comunicação política, e o segundo dedicado, exclusivamente, à problemática associada à encomenda da Bíblia dos Jerónimos, produzida na oficina dos Attavanti, onde a autora retoma argumentos e ideias de um artigo recente⁹. No primeiro caso, Metelo de Seixas sintetiza o papel da heráldica e da emblemática na construção da mitografia manuelina, sublinhando a universalidade do poder régio e a sua relação intrínseca com a doutrina cristã. De facto, parte essencial da teologia política manuelina passou pela polissemia da emblemática real, sugerindo sempre mais do que afirma, seja no caso da esfera armilar, seja no caso da divisa “*Spera in Deo et fac bonitatem*”. A associação da cruz da Ordem de Cristo às armas do rei, e toda a hermenêutica em torno do carácter sacral, cristológico, das quinas do escudo

⁸ CAETANO, Joaquim Oliveira – *Jorge Afonso. Uma interrogação essencial na pintura primitiva portuguesa*. Évora: Universidade de Évora, 2013. Tese de Doutoramento.

⁹ WOHL, Alice – “The Lisbon Bible and the throne of Portugal”. *Burlington Magazine* 159 (2017), pp. 14-24.

português, foram também ampliadas com a apropriação do mito constantiniano, “In hoc signo vinces”, replicado na numária do rei.

No caso de Wohl o ensaio gira em torno da presença do brasão do Duque de Beja em certos fólhos de alguns dos sete volumes da Bíblia dos Jerónimos, parte deles repintados posteriormente e vertidos no brasão real. Além desses aspetos, que mereciam um estudo mais detalhado e mais apoiado em meios laboratoriais, a autora lê no colofão do escriba Jacobus Carmelitanus crípticos indícios que validam a sua tese, ou seja, que a dita Bíblia foi encomendada por D. Manuel ainda Duque de Beja, mas numa altura em que já tinha por certo vir a ascender ao trono. Por esta razão alguns volumes têm (ou tinham) as armas de D. Manuel como duque e outras como rei, rejeitando, assim, a tese tradicional de se tratar de uma encomenda de D. João II. Independentemente dos dados da heráldica, que exigem, repetimo-lo, análises mais substantivas, carece de solidez a hermenêutica produzida a partir de um colofão francamente formulaico. De resto, a representação de Carlos VIII e Fernando II de Aragão num dos volumes obriga a reequacionar o destinatário original da obra, pelo menos nesse caso, trazendo a jogo a natural reciclagem de encomendas artísticas, sobretudo tratando-se de obras tão dispendiosas.

Leitura Nova

Quatro dos treze ensaios deste catálogo incidem sobre as reformas da escrita e do arquivo régio implementadas por D. Manuel, com a Leitura Nova à cabeça. Começando a série com um ensaio de Maria José Azevedo Santos, sobre o papel da escrita nas reformas manuelinas, a autora começa por lembrar como a caligrafia pode ajustar-se a uma função ideológico-estética (estilo elegante) ou a uma função administrativo-validatória (estilo cursivo ou semi-cursivo). Numa abordagem diacrónica, ligando o século X ao século XVI, a autora historia a relação entre a escrita, a chancelaria e o arquivo régio português, dando conta, por exemplo, da importância daquilo que se convencionou designar como “1ª Leitura Nova”, no reinado de D. Afonso V, quando se procedeu ao traslado de escrituras de livros das chancelarias anteriores, copiadas numa letra de maior legibilidade. É a partir destes antecedentes que a autora destaca a reforma dos forais promovida por D. Manuel, mais complexa e exigente do que parece, a par da reforma da Leitura Nova,

empreendimento que se estendeu de 1504 a 1552, composto por 60 imponentes livros divididos em sete séries, emulado na *Leitura Nova* crúzia e, de forma mais episódica, na *Leitura Nova* de algumas ordens militares.

A mecânica do arquivo régio constitui o centro do ensaio de Rosa Azevedo, destacando o modo como a reforma da *Leitura Nova* melhorou e racionalizou os procedimentos internos e os atos burocráticos dos seus funcionários, mantendo a autoridade probatória dos documentos trasladados. De forma muito clara, a autora demonstra a importância deste arquivo como repositório ativo de documentos essenciais de suporte ao exercício do poder do Estado, nomeadamente no controlo de privilégios concedidos a terceiros, selecionando e preservando apenas os documentos que mantinham valor de prova.

O ensaio de Randolph Head aponta a dois objetivos: colocar numa perspetiva europeia a reforma dos registos escritos empreendida por D. Manuel, comparando-a com outros centros de poder; mostrar que o alcance político e simbólico desta reforma foi bastante mais relevante do que a indiscutível melhoria que trouxe ao funcionamento da burocracia régia. O autor mostra como o esplendor material e técnico desses livros monumentais reforçava a sua própria autoridade performativa, servindo também de indicadores da riqueza e extensão dos domínios régios. Essa grandeza via-se, desde logo, nas enormes dimensões dos livros (c.55x40cm), continuava na caligrafia cuidada e espaçada, na qualidade do pergaminho utilizado, na beleza dos títulos iluminados e das grandes maiúsculas coloridas, embora o seu maior feito seja o trabalho hercúleo de indexação de milhares de documentos, patente em detalhados índices analíticos onomásticos, topográficos e institucionais (Igreja). O facto de estes livros estarem confinados à “torre do tombo”, e de a sua consulta estar circunscrita aos secretários e escrivães régios, assegurava a centralização absoluta dos atos de privilégio e patrocínio do rei, com a sua extensa economia de mercês, reforçando a autoridade régia.

O último deste grupo de ensaios é da autoria de Sylvie Deswarte-Rosa, autora que regressa a um estudo da sua juventude inteiramente dedicado às iluminuras dos

frontispícios destes livros¹⁰. Do ponto de vista artístico, a autora mantém que a *Leitura Nova* é um *unicum*, sublinhando a influência que a Bíblia dos Jerónimos exerceu sobre estas iluminuras, a par das gravuras lombardas de Zoan Andrea da Modena. Rebatendo várias críticas que foram feitas à proposta de classificação estilística que apresentou em 1977, a autora volta a destacar a qualidade artística dos principais iluminadores envolvidos neste projeto, António de Holanda e Álvaro Pires, o primeiro fiel ao estilo flamengo ganto-brugense e o segundo mesclando o mundo flamengo com o mundo florentino.

Tipografia

Os dois últimos ensaios do catálogo abordam a cultura literária e a imprensa no período manuelino. Rui Loureiro sublinha o carácter religioso e conservador dos incunábulos e pós-incunábulos impressos em Portugal, muitos deles custeados pelo episcopado português e pela rainha viúva D. Leonor, sem esquecer o recurso à imprensa na estratégia de uniformização legislativa e de propaganda política de D. Manuel, particularmente nas epístolas latinas, cruzadísticas, impressas em Roma ou Lisboa, enaltecendo triunfos militares alcançados em Marrocos e na Ásia, uma das quais chegou a ter dezoito edições. Sobre o facto de nenhum dos manuscritos de geografia e antropologia ultramarina do seu reinado ter sido impresso, de Duarte Barbosa a Tomé Pires, de Duarte Pacheco Pereira e do “Códice de Valentim Fernandes” à carta de Pero Vaz de Caminha, o autor clarifica que tal não se deveu a qualquer espécie de política de sigilo, absurda ideia mitificada pela historiografia nacionalista, mas tão só a limitações relacionadas com a ausência de leitores no mercado nacional que sustentassem tão custosos empreendimentos editoriais.

Isabel Almeida, por sua vez, oferece-nos uma rica panorâmica do que se escrevia e lia na corte manuelina, onde o português convivía com o castelhano e o latim, e onde a cultura letrada e a cultura literária se polinizavam mutuamente, das gramáticas às leis, dos tratados espirituais às crónicas, passando pela poesia e pela dramaturgia, gerando uma sã convivência entre a tradição cavaleiresca medieval e alguns textos

¹⁰ DESWARTE, Sylvie – *Les enluminures de la Leitura Nova, 1504-1552. Étude sur la culture artistique ao Portugal au temps de l’humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977.

de teor humanista. Neste caldo literário, a autora destaca algumas figuras e obras, nomeadamente Garcia de Resende e o seu *Cancioneiro Geral*, a par de João de Barros e a sua *Crónica do imperador Clarimundo*, adiantando sugestivas interpretações para os dois textos¹¹.

Balanço

Do que fica dito, consideramos que a exposição e o catálogo cumpriram o objetivo de comemorar o centenário da morte de D. Manuel com dignidade. De igual modo, consideramos que também se cumpriram os objetivos traçados pelo comissário, nomeadamente mostrar como D. Manuel se serviu das artes e dos artistas na estratégia de afirmação do seu poder, e como as grandes reformas manuelinas teriam sido impossíveis sem o contributo de um exército de pedreiros, escultores, pintores, calígrafos, encadernadores, iluminadores, impressores, moedeiros, ourives, ferreiros, entre muitos outros artífices.

Porém, lamenta-se a opção tomada de não apresentar uma nova síntese da cultura material e das artes do período manuelino, nomeadamente na sua articulação euro-afro-asiática. Do mesmo modo, tendo em conta o enfoque adotado, estranha-se a ausência de referências a três dos maiores historiadores da cultura quinhentista portuguesa dos últimos 50 anos: José Sebastião da Silva Dias, Jorge Borges de Macedo e Luís Filipe Barreto¹². De modos diferentes, estes autores foram pioneiros na desconstrução das polaridades artificiais tradicionalmente invocadas quando se estuda este período, explicando ainda porque é que uns textos eram impressos e outros circulavam na forma manuscrita, tendo também sublinhado o papel do aristotelismo na validação do conhecimento empírico dos descobrimentos portugueses.

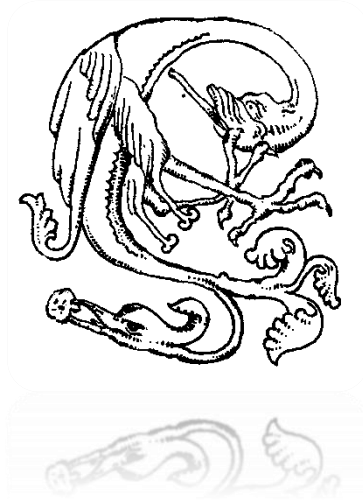
Em suma, entre o antigo e o novo, muito ficou por renovar.

¹¹ Além dos treze ensaios aqui analisados, o volume em apreço contempla diversas fichas de catálogo, de extensão e relevância variável, cobrindo uma pequena parte das 130 peças apresentadas na exposição.

¹² DIAS, José Sebastião da Silva – *Os Descobrimientos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973; MACEDO, Jorge Borges de – *Os Lusíadas e a História*. Lisboa: Verbo, 1979; BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: INCM, 1983; BARRETO, Luís Filipe – *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*. Lisboa: INCM, 1985.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AFONSO, Luís Urbano – “Em ano de peste, muito ficou por renovar”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 445-459. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).